

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 2721/78

INTERESSADO: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BAURU

ASSUNTO : S/autorização para instalação do Curso de Arquitetura e Urbanismo, da FAC. de Bauru

RELATOR : Cons. Eurípedes Malavolta

PARECER CEE Nº 314/80 - CTG - APROVADO EM 05/03/80

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO:

1.1 - Através de Parecer aprovado pela Câmara do 3º Grau em 30/08/1979 manifestei-me contrariamente ao pedido formulado pela Fundação Educacional de Bauru (FEB) para "autorização de funcionamento do Curso de Arquitetura e Urbanismo junto à (sua) Faculdade de Artes e Comunicações; nos termos da legislação vigente".

1.2 - Antes de sua apreciação pelo Pleno do CEE o processo foi, porém, baixado em diligência o que veio ao encontro de declaração de voto do nobre Conselheiro Alpíno Lopes Casali, retornando em 27/12/79.

1.3 - As objeções por mim levantadas e que conduziram à negativa inicial diziam respeito, em síntese, aos seguintes pontos principais:

- (1) instrução inadequada dos autos;
- (2) concepção do curso e estrutura curricular;
- (3) caracterização da plena viabilidade;
- (4) inexistência da demonstração da necessidade do novo curso.

1.4 - A requerente respondeu a todas as indagações da diligência, aproveitando-se do roteiro que lhe ofereci.

2. APRECIAÇÃO:

2.1 - No exame da proposta da FEB, fiz indagações a respeito da concepção do curso proposto e da estrutura curricular correspondente.

2.2 - Por sugestão minha foi ouvido sobre o assunto o Prof. Dr. Lúcio Grinover, Arquiteto e ex-diretor da FAU-USP. Sua manifestação que se encontra às fls. 1093/1108, deve ser considerada / como parte integrante deste Parecer.

2.3 - Para que se entenda bem minha posição julgo, entretanto, indispensável transcrever alguns parágrafos do documento em questão.

"Nos últimos anos, floresceram no Brasil cursos de Arquitetura e Urbanismo de modo alarmante, não tanto em termos quantitativos, pois é bastante conhecida a carência de profissionais da área nesse imenso e populoso Brasil, mas sim em termos qualitativos, absolutamente inadequados e, sobretudo, absolutamente impreparados, técnica e estruturalmente, para assumir uma tarefa de tão relevante importância para o desenvolvimento sócio-econômico e cultural de nossa gente.

É claro que esses cursos, apoiados na legislação vigente a partir de 1979, quando foram oficializados os "currículos mínimos" da área, foram criados para, simplesmente, proporcionar meios econômicos e financeiros de sustentação de algumas organizações que, se me permitir V.Sa., consideraria até de antipatrióticas.

Não é o caso que agora se apresenta, pois vejamos:

a) a Fundação Educacional de Bauru já vem ministrando cursos de nível superior há alguns anos e, o que é mais importante, cursos com conteúdos e objetivos correlatos com o curso proposto. De fato, existem relações e afinidades com os cursos de Engenharia Civil, Mecânica e Elétrica, como os cursos de Comunicação Social, Comunicação Visual, Desenho Industrial, Educação Artística e Artes Plásticas e, no que se refere a cursos "básicos", como os cursos de Ciências, Matemática, Física, Biologia e Psicologia.

Existe, portanto, uma infraestrutura científica, didática e pedagógica, de conteúdos de extrema importância, diria até imprescindível, para o novo curso de Arquitetura e Urbanismo, sobre o que apoiar todo seu desenvolvimento/futuro;

b) a Fundação possui instalações e equipamentos perfeitamente adequados para abrigar e proporcionar aos alunos do novo curso os elementos estruturais necessários para sua formação experimental;

c) embora à primeira vista possa parecer descabido, deve ser considerada, também, a possível e desejável relação do novo curso, de Arquitetura e Urbanismo com os outros

cursos mantidos pela Fundação, por meio da Faculdade de Tecnologia (área de Construção Civil) e ao Curso Técnico Industrial (área de Edificações, Decoração e Programação de Sistemas).

O curso de Arquitetura e Urbanismo e os outros cursos já mencionados poderão se complementar e se completar de modo realmente eficiente e substantivo.

Entretanto, preliminarmente, a arquitetura como uma arte de conceber, projetar e construir edifícios e cidades, depreende-se a necessidade de um profissional cuja atividade é, precipuamente, a de dar solução às necessidades humanas de espaços habitáveis, com sentido estético e crítico, dentro de certas condições sócio-econômicas. Os conteúdos acadêmicos, que hoje se apresentam, não respondem, repito, ao contexto atual da Arquitetura.

Este sistema de ensino academicista, onde se ensina por meio da mera imitação, ou sem algum rigor didático, proporciona uma bagagem acadêmica de baixo nível.

Assim, o ensino da arquitetura deve levar em consideração o processo de mudanças e a importância das questões urbanas e ambientais, a consciência de que o trabalho / do arquiteto deve voltar-se, precipuamente, para o atendimento às coletividades, principalmente para as mais carentes; são os problemas destas populações e suas reivindicações por formas de vida condignas, que devem / constituir o conteúdo básico da formação dos Arquitetos. Assim, o sistema capaz de levar à formação do arquiteto deve se apoiar em autêntica vivência dos fenômenos atuais, alimentando sempre a criatividade, associadas ambas ao conhecimento científico atualizado.

Pode parecer relativamente fácil alcançar esse objetivo, simplesmente estabelecendo, de modo formal, institucional, por meio de currículo bem elaborado, as relações que se estabelecem entre as várias instâncias do processo de ensino; entretanto, o problema demanda estudos e, sobretudo, práticas que envolvem experiências muito bem concluídas e muito claramente avaliadas. Isto leva algum tempo e muito trabalho.

A Comissão Técnica da Fundação Educacional de Bauru propõe-se a realizar esse trabalho e as premissas colocadas explicitamente na proposta levam-me a acreditar no

êxito desse mesmo trabalho, pois estabelece, pelos meios de que dispõe, uma sistemática de avaliação e autocrítica conscientes e perfeitamente válidas.

Entendi, também, pelos documentos apresentados, que grande parte daquele trabalho de sistematização e avaliação dos resultados obtidos no processo de ensino, e de auto-crítica, se fundamenta no relacionamento entre a teoria e prática. De fato, sem teoria não se pode dar globalmente o fazer arquitetônico e teoria é sempre reflexão sobre uma ação concreta específica.

Nesse sentido, permito-se formular algumas considerações e sugestões. Em primeiro lugar, quero assinalar que o currículo, em suas características substantivas, realmente apresenta inovações extremamente valiosas com relação a outros currículos de outras escolas ou curso de arquitetura do país, como matérias e/ou disciplinas importantes para a formação do arquiteto, quais Teoria da Informação e Percepção, Metodologia Científica e Técnicas/ de Pesquisa, Desenho Industrial, Paisagismo, Metodologia do Projeto e Desenho do Ambiente, sem deixar de reforçar aquelas matérias e/ou disciplinas já tradicionais e insubstituíveis como as que se referem à profissionalização propriamente dita, das áreas de Projeto (Arquitetura e Urbanismo), de Teoria e História da Arquitetura e as de Tecnologia da Arquitetura, e as denominadas básicas, quais Matemática, Estrutura etc.

Em seguida, permito-me sugerir pequenas alterações na proposta apresentada como a de deslocar para os primeiros termos a disciplina de Projeto de Arquitetura, pois acredito seja oportuno e benéfico para o aluno entrar imediatamente em contacto com os problemas do projeto. É de ser considerado fundamental o aspecto introdutório ao projeto desde os primeiros passos de sua longa caminhada acadêmica.

Aparecem no 4º termo duas disciplinas Clima e Solo, Botânica, cujos conteúdos poderiam perfeitamente serem englobados nas disciplinas de Paisagismo; e, no 6º termo, a disciplina Termodinâmica, cujas noções poderiam ser abordadas na de Equipamento de Refrigeração e Aquecimento. Considera-se de alta relevância, e já está sendo desenvolvido em muitas escolas de arquitetura, o Trabalho de

Graduação, ou seja, o trabalho final do curso em que o aluno se propõe a realizar um projeto, de livre escolha, porém, orientado, permitindo-lhe atingir níveis de conteúdo e de profundidade por ele mesmo estabelecidos.

Seria um trabalho final, conclusivo, resumido e usufruindo, no seu desenvolvimento, de todos os conhecimentos adquiridos ao longo de nove semestres de curso. Sugere-se que tal trabalho seja desenvolvido por intermédio das disciplinas Projeto XI, Projeto XII e Urbanismo VIII, do último semestre do curso.

Seria de grande interesse que fosse introduzida uma disciplina que desenvolvesse em profundidade os problemas ecológicos".

2.4 - Por aí se conclui, pois, que não se trata no caso de mais um curso de Arquitetura e Urbanismo - é um curso novo o que se pretende instalar em Bauru, tendo como características principais o de estar voltado para uma realidade regional e de fazer do trabalho de pesquisa uma parte do processo de aprendizado.

2.5 - Na estrutura curricular, dois aspectos por mim levantados foram acolhidos (fls. 1263): deverão ser introduzidas as disciplinas "Botânica Aplicada" e "Solo e Clima"; é aceitável que "Noções de Termodinâmica" integre "Equipamentos de Refrigeração e Aquecimento", dada a orientação do curso e a participação da agro-indústria açucareira e alcooleira na economia regional, julgo, entretanto, indispensável a introdução de uma disciplina "Ecologia Aplicada" no currículo.

2.6 - Do elenco das disciplinas necessárias à integralização do currículo, 45% já são oferecidas em outros cursos mantidos pela FEB.

2.7 - Está esclarecido que já foi providenciada a mudança na categoria do pessoal docente para o previsto na Deliberação CEE nº 08/76, cerca de um terço dos docentes vinculados à Faculdade de Artes e Comunicações trabalha, na mesma, em RTI. Consideradas as outras / três faculdades, verifica-se que o índice é de 43%.

2.8 - O pessoal de apoio apresenta o seguinte desdobramento para a FEB como um todo:

- (1) Biblioteca - 17 (9 bibliotecários)
- (2) Serviços administrativos - 121
- (3) Apoio didático - 21
- (4) Serviços auxiliares - 76

2.9 - As facilidades físicas documentadas, e em plantas e fotos assim se resumem:

- | | |
|--------------------|-----------------------|
| (1) Salas de aulas | - 4901 m ² |
| (2) laboratórios | - 4103 m ² |
| (3) biblioteca | - 306 m ² |

2.10 - O equipamento e material permanente disponíveis constam das fls. 1556 e 1615.

2.11 - A tradição de pesquisa da instituição parece constituir apenas a da relacionada com a área da Meteorologia (fls. 1615/1619) que é apoiada financeiramente pela FINEP e pelo BNDE; deve, entretanto, ser assinalado que 16 (dezesseis) docentes obtiveram o mestrado no País ou no exterior no período 1977-9; conta ainda a FEB com 11 (onze) doutores.

2.12 - Dada a orientação de que pesquisa é parte integrante do curso, é de se esperar que essa atividade se estenda nos demais departamentos visto que o regime de tempo integral não se estende na investigação - ponto sublinhado na manifestação do Prof. Dr. L. Grinover com toda a propriedade.

2.13 - Para isso o enriquecimento (e desejável ampliação física) da Biblioteca deverá contribuir em muito: é animador verificar-se que 10% da receita se destina à aquisição de livros e revistas.

2.14 - A prestação de serviços à comunidade se liga ao fornecimento de dados de Meteorologia, à computação de dados e ao ensaio de materiais, este em pequena escala.

2.15 - A receita para a manutenção do curso proposto está estimada em Cr\$ 4.152.000,00, fazendo-se a despesa pelos seguintes elementos:

peçoal docente	-Cr\$ 2.491.200	(60%)
equipamentos e instalações e monitores	-Cr\$ 622.800	(15%)
biblioteca	-Cr\$ 415.200	(10%)
administração	-Cr\$ 622.800	(15%)

2.16 - Não está esclarecida nos autos qual a fração dos recursos municipais (Cr\$ 3.160.000) e federais (Cr\$ 7.869.000) que caberá à nova atividade - o que cumpre informar.

2.17 - Parece-me, pois, demonstrada a capacidade da Fundação Educacional de Bauru em oferecer o Curso de Arquitetura e Urbanismo.

2.18 - Mas, será esse curso necessário?

2.19 - Os estudos, não atualizados, feitos pelo CREA indicam, na projeção, um excesso de cerca de 2.000 (dois mil) arquitetos em 1985 em relação à demanda provável.

2.20 - Esse contingente deverá ser aumentado com os graduados em outras escolas que não funcionavam na época em que foi feito o trabalho em questão e aumentará ainda mais se proximamente forem oferecidos 2-3 cursos que foram acolhidos favoravelmente pelo CFE em caráter de pré-consulta.

2.21 - Se nada houvesse de novo, na proposta de Bauru, teria que manter a negativa inicial em coerência com a posição que assumi em casos da índole.

2.22 - Mas, como mencionei em 2.3 e 2.4, o que se pretende agora não é formar mais arquitetos - deseja-se formar um arquiteto diferente.

2.23 - E, admitida a hipótese de êxito da iniciativa, o que somente o tempo poderá mostrar, não se tem dados sobre mercado para esse profissional diferenciado.

2.24 - É um experimento pedagógico fundamentado em premissas que considero válidas.

2.25 - Não acho, porém, prudente fazer-se um ensaio com uma população tão grande - 100 matrículas iniciais; entendo que o número não deveria exceder 50 (cinquenta) vagas anuais e totais o que reduziria o risco experimental.

II - CONCLUSÃO

Manifesto-me favoravelmente à instalação do curso de Arquitetura e Urbanismo junto à Faculdade de Artes e Comunicações mantida pela Fundação Educacional de Bauru, devendo o seu funcionamento ficar condicionado ao cumprimento das exigências contidas na Resolução CFE 20/65.

São Paulo, 14 de fevereiro de 1980

a) Cons. Eurípedes Malavolta - Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator. O Cons. Tharcísio D. de Souza Santos votou contra, apresentando Declaração de Voto, subscrita pelo Cons. Nicolas Boer.

Presentes os nobres Conselheiros: Alpínolo Lopes Casali, Armando Octávio Ramos, Eurípedes Malavolta, Henrique Gambá, Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães, Nicolas Boer, Paulo Gomes Romeo e Tharcísio / Damy de Souza Santos.

Em anexo, Declaração de Voto do Cons. Alpínolo Lopes Casali.

Sala da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, em 27/02/80

a) Cons. Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães - Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por maioria, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Foram votos vencidos os Conselheiros Gerson Munhoz dos Santos, Maria Aparecida Tamasso Garcia, José Maria Sestílio Mattei, Nicolas Boer, Renato Alberto T. Di Dio, Tharcísio D. de Souza Santos.

Apresentaram Declaração de Voto os Conselheiros Alpínolo Lopes Casali e Tharcísio D. de Souza Santos. A Declaração de Voto do Cons. Tharcísio Damy de Souza Santos foi subscrita pelos Conselheiros Nicolas Boer e Roberto Moreira.

Sala "Carlos Pasquale", em 05 de março de 1980

a) Cons^a MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR - Presidente

DECLARAÇÃO DE VOTO DO CONS. ALPÍNOLO LOPES CASALI

Aprovamos o Parecer também tendo em vista, como adiantamos em nosso voto preliminar, a fls. 1062 a 1069, as razões que levaram o Conselho Federal de Educação ao aprovar Cartas-Consultas para a instalação de cursos de Arquitetura nas cidades de Tupã, Franca e Ribeirão/Preto (Parecer-CFE-nº 853/79).

Confirmando nosso voto na Câmara acrescentamos, no entanto, à declaração de voto, o seguinte:

Entendemos, porém, que o curso de Arquitetura e Urbanismo deva dar origem a uma escola específica ou autônoma.

São Paulo, 05 de março de 1980

a) Cons. ALPÍNOLO LOPES CASALI

DECLARAÇÃO DE VOTO

Voto contrariamente à conclusão ao Parecer, favorável a instalação de curso de Arquitetura e Urbanismo subordinado a Faculdade de Artes e Comunicações da Fundação Educacional de Bauru.

Não me convenceram os argumentos de que a mantenedora tem condições de implantar esse curso, nem os de que o curso teria características novos; se vier a ser implantado, será mais um curso de Arquitetura, a formar profissionais que hoje se defrontam com sérias dificuldades em encontrar trabalho. Tenho mesmo dúvida em que o enfoque que caracterizaria o "curso novo", a que alude o Parecer, corresponda ao que deva ser esperado em curso que, afinal, deve formar profissionais em correspondência com as necessidades do meio.

Não concordo, também, com a idéia básica contida no projeto, de o curso de Arquitetura e Urbanismo se filiar a uma "Faculdade de Artes e Comunicações". Essa filiação, a meu ver, é incompatível com a estrutura que deve ser dada ao curso e com o enfoque sob o qual devem ser desenvolvidas as disciplinas desse curso profissional. Será, com toda a probabilidade, um curso ainda mais voltado para as artes do que para os aspectos construtivos, do que outros cursos de arquitetura, os quais padecem dessa falta de adequação ao papel que os profissionais por eles diplomados devem desempenhar. Vejo, com preocupação, um distanciamento ainda maior das atividades de projeto de edifícios, numa tendência de se orientar para aspectos mais amplos e menos específicos de "dar solução às necessidades humanas de espaços habitáveis, com sentido estético e crítico, dentro de certas condições sócio-econômicas", como se diz no Parecer.

Não vejo também possibilidade de se poder compor - e manter corpo docente adequado, conhecidas como são as grandes dificuldades em se contar com professores que ensinem arquitetura, situação que ainda é agravada pelo caráter quase pessoal de transmissão de conhecimentos que se caracteriza o "projeto" em arquitetura e em urbanismo. Esse característica - talvez mais acentuado em arquitetura do que em qualquer outro domínio de cursos profissionais - exige número elevado de professores dedicando-se muitas horas por dia ao trabalho dos alunos.

Para concluir, acredito que melhor faria a Fundação Educacional de Bauru, antes de se abalar a instituir mais um curso que oferecerá grandes dificuldade de funcionamento, se concentrasse seus esforços na consolidação de suas Faculdades, as quais ainda se defrontam com grandes dificuldades, notadamente quanto a corpo docente.

Sala da Câmara do Terceiro Grau, em 27 de fevereiro de 1980

a) Cons. Tharcísio Damy de Souza Santos - Relator

Subscrita pelo Cons. Nicolas Boer

O Conselheiro Roberto Moreira subscreveu, em Plenário, esta declaração de voto.

Lúcio Grinover arquiteto

Iimo. Sr.

Engº ROBERTO VICENTE CALHEIROS

DD. Diretor Executivo da

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BAURU

Rua Campos Salles, 9-43

BAURU - SP

São Paulo, 18 de dezembro de 1979.

Prezado Senhor,

Honrado pela amável solicitação que me foi formulada por V.Sa. em 13 de novembro p.p., e pela indicação de meu nome do amigo e companheiro de trabalhos na Universidade de São Paulo, o eminente professor Dr. Eurípedes Malavolta, venho, por meio desta, apresentar à Fundação Educacional de Bauru minha modesta colaboração no sentido de emitir um parecer técnico sobre o conteúdo e a forma da proposta de instalação de um curso de Arquitetura e Urbanismo, junto aquela respeitável e exemplar Instituição de Ensino.

Nesse sentido, fundamentado nos documentos que me foram apresentados e em encontros que mantive com alguns membros da Comissão Técnica encarregada pela Fundação para elaborar a proposta do novo curso de Arquitetura e Urbanismo, pretendo abordar, em seguida, alguns pontos que, ao meu ver ou salvo melhor juízo, me parecem fundamentais e determinantes para poder avaliar a proposta apresentada.

1 - A Fundação Educacional de Bauru - Os cursos mantidos e o curso proposto.

Já tive a oportunidade, há alguns anos, de visitar a Fundação Educacional de Bauru por ocasião de palestras que proferi, a convite da Diretoria da Faculdade de Artes e Comunicações. As primeiras impressões tiveram agora a confirmação esperada. Trata-se

realmente, de uma instituição séria, altamente empenhada no melhor desenvolvimento do ensino de nossos jovens em diferentes áreas profissionais e/ou acadêmicas.

Analizando a Fundação, hoje, na iminência do início de um novo curso de nível superior, algumas características e peculiaridades devem ser avaliadas com cuidado.

Nos últimos anos, floresceram no Brasil cursos de Arquitetura e Urbanismo de modo alarmante, não tanto em termos quantitativos, pois é bastante conhecida a carência de profissionais da área nesse imenso e populoso Brasil, mas sim em termos qualitativos, absolutamente inadequados e, sobretudo, absolutamente im-preparados, técnica e estruturalmente, para assumir uma tarefa de tão relevante importância para o desenvolvimento sócio-econômico e cultural de nossa gente. É claro que esses cursos, apoiados na legislação vigente a partir de 1969, quando foram oficializados os "currículos mínimos" da área, foram criados para simplesmente proporcionarem meios econômicos e financeiros de sustentação de algumas organizações que, se me permitir V.Sa., consideraria até de antipatrióticas.

"Não é o caso que agora se apresenta, pois vejamos:

a) a Fundação Educacional de Bauru já vem ministrando cursos de nível superior há alguns anos e, o que é mais importante, cursos com conteúdos e objetivos correlatos com o curso proposto. De fato, existem relações e afinidades com os cursos de Engenharia, Civil, Mecânica e Elétricas, como os cursos de Comunicação Social, Comunicação Visual, Desenho Industrial, Educação Artística e Artes Plásticas e, no que se refere a cursos "básicos", como os cursos de

Ciências, Matemática, Física, Biologia e Psicologia. Existe, portanto, uma infraestrutura científica, didática e pedagógica, de conteúdos de extrema importância, diria até imprescindível, para o novo curso de Arquitetura e Urbanismo, sobre o que apoiar todo seu desenvolvimento futuro. Aliás, as interrelações possíveis e desejáveis entre os vários campos de conhecimento específico só podem enriquecer e solidificar uma das mais oportunas e adequadas características da boa formação do arquiteto qual seja sua estruturação interdisciplinar;

b) a Fundação possui instalações e equipamentos perfeitamente adequados para abrigar e proporcionar aos alunos do novo curso os elementos estruturais necessários para sua formação experimental.

O que me foi possível analisar na documentação apresentada, leva-me a crer que, se bem orientados, os alunos e os docentes, poderão usufruir desses equipamentos para estruturar, desde o início do curso, todo um programa de pesquisas que poderá conduzir a Instituição, a médio prazo, a uma posição relevante no desenvolvimento científico e tecnológico da Arquitetura e Urbanismo, em nosso Estado. Sobre o problema da pesquisa, entretanto, pretendo tecer algumas considerações mais adiante;

c) embora à primeira vista possa parecer descabido, deve ser considerada, também, a possível e desejável relação do novo curso de Arquitetura e Urbanismo com os outros cursos mantidos pela Fundação, por meio da Faculdade de Tecnologia (área de Construção Civil) e do Curso Técnico Industrial (área de Edificações, Decoração e Programação de Sistemas).

É conhecida a profunda carência de pessoal qualificado, ao nível intermediário, entre o de nível superi-

or e a grande massa operária, pois não é de hoje que se tenta encontrar os meios para preencher este enorme vazio no sistema produtivo brasileiro, mormente no âmbito da construção civil, onde os técnicos são quase sempre formados de modo empírico, no próprio canteiro de obra.

O curso de Arquitetura e Urbanismo e os outros cursos já mencionados poderão se complementar e se completar de modo realmente eficiente e substantivo.

Se conclusões podem ser formuladas, com relação a este primeiro item desse parecer, não me resta senão manifestar-me de modo favorável, vislumbrando grandes possibilidades de desenvolvimento seja do curso proposto, seja dos outros cursos, já em funcionamento, sobretudo daqueles cujos relacionamentos são mais íntimos e complementares.

2 - A natureza do curso pretendido - Estrutura Curricular.

Toda análise que se pretende elaborar parte, evidentemente, de algumas premissas, de algumas referências, construídas ao longo dos anos de estudos, experiências, tentativas, realizadas, sobretudo, em nosso meio. As discussões sobre o ensino da arquitetura vêm de há muitos anos e, felizmente, ainda não chegaram a conclusões definitivas, o que demonstra as preocupações constantes e permanentes em atingir níveis os mais adequados e precisos.

Assim, permito-me formular algumas considerações, perdoe-me a delonga, a fim de comparar a proposta da Comissão Técnica da Fundação com algumas idéias que considero, no momento, fundamentais.

Entendendo, preliminarmente, a arquitetura como uma arte de conceber, projetar e construir edifícios e cidades, depreende-se a necessidade de um profissional cuja atividade é, precipuamente, a de dar solução às necessidades humanas de espaços habitáveis, com sen-

tido estético e crítico, dentro de certas condições sócio-econômicas.

Entretanto esta atividade tem seus limites e estes só podem ser compreendidos a partir da própria compreensão geral da sociedade brasileira segundo seu modo de produção predominante, qual seja, o modo capitalista, com suas relações sociais específicas no momento atual. Se isso não se der, será mantida a mitificação da profissão, que só pode conduzir a posições ilusórias sobre o papel do arquiteto na sociedade. Isto, evidentemente, leva a alguns problemas difíceis como, por exemplo, o fato da maioria da população brasileira encontrar-se marginalizada dos benefícios que o crescimento econômico tem gerado e levar, portanto, o arquiteto, à busca de melhores condições de vida para essa população, tentando propor a ocupação adequada do espaço, inclusive para as populações rurais, submetidas às mais duras condições de vida, pelas distorções do mesmo crescimento econômico, que estabelece uma dicotomia entre cidade e campo.

Entre outros problemas, há a crise do arquiteto que quer se manter, ainda, como um profissional liberal, quando as próprias condições sócio-econômicas exigem outro tipo de profissional; ou a falta de uma ampla e sólida formação com sentido crítico, rigoroso e científico; ou, ainda, a luta para a avaliação de todo o passado de realizações que marcam a formação social e a atividade do homem, sua vinculação com o processo histórico, a herança e a preservação de todo o patrimônio histórico e ambiental, a partir de uma necessidade coletiva e determinada pelas condições culturais.

Há, ainda, a ser considerados como problemas graves: o grande déficit de habitações, sobretudo para as ca-

madras mais carentes da população; ou o da importação de modos arquitetônicos; ou outros, como a especulação urbana, os custos dos materiais de construção e a importação indiscriminada, cada vez maior, de tecnologia estrangeira.

Nesse vasto marasmo de problemas e contradições do mundo sócio-econômico atual, é fácil constatar a precariedade educacional da formação universitária do arquiteto, capítulo inicial da verdadeira formação profissional.

O que se proporciona atualmente no ensino da arquitetura dificilmente supera as conseqüências do contexto hodierno da arquitetura. A insistência perniciosa em dividir o ensino em compartimentos estanques, sem alguma relação, inicia a futura fragmentação cultural do arquiteto, que se completa ministrando conhecimentos sem nenhuma atualidade em suas aplicações concretas, ou fora de todo princípio da realidade, implicando a necessidade imediata de identificar os fatores condicionantes de nossa própria evolução política, cultural, social e econômica, traduzidos em herança colonial marcada por uma situação de dependência.

Os conteúdos acadêmicos, que hoje se apresentam, não respondem, repito, ao contexto atual da Arquitetura. Este sistema de ensino academicista, onde se ensina por meio da mera imitação, ou sem algum rigor didático, proporciona uma bagagem acadêmica de baixo nível. Sem a correspondente renovação de conhecimentos, passa para um segundo plano e desaparece a questão da pesquisa, difusão e gestação de uma cultura arquitetônica, para limitar o sistema educativo a uma simples produção de profissionais, redundando sempre em solução a reboque do mercado de trabalho, que reduz a formação universitária ao simples papel de treina-

mento de mão-de-obra qualificada e eficiente.

Por causa de tais condições, que se verificam na grande maioria das escolas de arquitetura brasileiras, torna-se cada vez mais preemente a procura de novas alternativas para o ensino da arquitetura.

Trata-se, pois, de transformar o conjunto das atividades das escolas no sentido de uma educação que permita ao arquiteto atuar de maneira crítica frente às exigências do momento presente, bem como participar do processo das transformações consideradas desejáveis.

Por isso, não se deve pensar apenas na formação de um profissional que atenda às vicissitudes, estruturais e conjunturais, do mercado, mas de um profissional capaz, também, de reagir criticamente dentro da situação concreta de trabalho e de propor modificações por esta situação.

A apatia e a crise, nas atividades e no pensamento, ligados à problemática da arquitetura, encontradas na maioria das instituições de ensino, demonstram o despreparo para a compreensão de nova ordem de problemas que a sociedade projeta hoje sobre a comunidade brasileira, e precisam ser substituídas por uma atitude de renovação, cujos parâmetros devem ser buscados ao nível do encontro e reencontro dialético entre o geral (a sociedade brasileira) e o específico (a problemática do espaço humano), que é objeto de trabalho do arquiteto.

Assim, o ensino da arquitetura deve levar em consideração o processo de mudanças e a importância das questões urbanas e ambientais, a consciência de que o trabalho do arquiteto deve voltar-se, precipuamente, para o atendimento às coletividades, principalmente para as mais carentes; são os problemas destas populações e suas reivindicações por formas de vida condig-

nas, que devem constituir o conteúdo básico da formação dos arquitetos.

Assim, o sistema capaz de levar à formação do arquiteto deve apoiar em autêntica vivência dos fenômenos atuais, alimentando sempre a criatividade, associadas ambas ao conhecimento científico atualizado.

Pode parecer relativamente fácil alcançar essa objetivo, simplesmente estabelecendo, de modo formal, institucional, por meio de currículo bem elaborado, as relações que se estabelecem entre as várias instâncias do processo de ensino; entretanto, o problema demanda estudos e, sobretudo, práticas que envolvem experiências muito bem concluídas e muito claramente a validadas. Isto leva algum tempo e muito trabalho.

A Comissão Técnica da Fundação Educacional de Bauru propõe-se realizar esse trabalho e as premissas colocadas explicitamente na proposta levam-me a acreditar, no êxito desse mesmo trabalho, pois estabelece, pelos meios de que dispõe, uma sistemática de avaliação e autocrítica conscientes e perfeitamente válidas. Parece-me que entende, aquela Comissão, como eu pessoalmente também entendo, que a educação do futuro arquiteto deva ser um processo de conteúdo ético, localizado na perspectiva histórica, que fomenta e propicia a participação racional do indivíduo na elaboração de suas próprias perspectivas, que desperta um rigoroso espírito criativo, crítico e imaginativo, para poder, então, dar lugar a uma educação global e que se transforme em educação autogerida, isto é, uma educação que se organiza e se modifica a si mesma de forma permanente.

Entendi também, pelos documentos apresentados, que grande parte daquele trabalho de sistematização e a valiação dos resultados obtidos no processo de ensino, e de autocrítica, se fundamenta no relacionamento entre teoria e prática. De fato, sem teoria não

se pode dar globalmente o fazer arquitetônico e teoria é sempre reflexão sobre uma ação concreta específica.

A teoria nasce de condições objetivas determinadas e contém essas condições em sua formulação; é a racionalização da prática e, por sua vez, uma certa forma de prática.

A teoria deve ser necessariamente aplicada e relacionada com a prática, quer dizer, requer uma exercitação real com relação a um problema arquitetônico concreto; isto significa que a teoria deve sintetizar, conter e propiciar uma ação. A teoria, assim entendida, permite formular as metodologias que um problema arquitetônico requer para sua solução, estabelecendo as condições para conceber um modo de execução ou realização do projeto arquitetônico e sua concreção numa obra, levando em conta as demandas sobre as aglomerações humanas e o "habitat"; a adequação ao meio físico e urbano; a interpretação e o manejo dos elementos constitutivos da forma arquitetônica; a adequação entre recursos econômicos, materiais e procedimentos e tecnologia.

A teoria, e em particular a teoria arquitetônica, deve partir da realidade objetiva e passar, então, à racionalização desse conhecimento para, em fim, retornar a se verificar frente a essa realidade.

Senhor Diretor, parece-me, salvo melhor juízo, que é nessa trilha que a Comissão Técnica pretende conduzir seus trabalhos permanentes de avaliação e auto-crítica ao longo do curso proposto.

No que se refere, agora, à estrutura curricular proposta, quero entender que ela se apresenta dessa forma por um certo tipo de imposição formal e para, evidentemente, poder ser avaliada, como um todo, por parte das autoridades competentes que deverão julgar o

processo para, eventualmente, autorizar o funcionamento do novo curso.

Permito-me assinalar, entretanto, que, em atenção à estreita relação que, na atualidade, guarda a capacitação do estudante de arquitetura com a divisão do trabalho que se dá na prática profissional, toda formulação de conceitos acadêmicos deve ser entendida com caráter provisório e deva ser, portanto, submetida a uma permanente revisão e atualização, com um sentido crítico da realidade a que esta formulação se refere.

Nesse sentido, permito-me formular algumas considerações e sugestões. Em primeiro lugar, quero assinalar que o currículo em suas características substantivas, realmente apresenta inovações extremamente valiosas com relação a outros currículos de outras escolas ou curso de arquitetura do país, como matérias e/ou disciplinas importantes para a formação do arquiteto, quais Teoria da Informação e Percepção, Metodologia Científica e Técnicas de Pesquisa, Desenho Industrial, Paisagismo, Metodologia do Projeto e Desenho do Ambiente, sem deixar de reforçar aquelas matérias e/ou disciplinas já tradicionais e insubstituíveis como as que se referem à profissionalização propriamente dita, das áreas de Projeto (Arquitetura e Urbanismo), de Teoria e História da Arquitetura e as de Tecnologia da Arquitetura, e as denominadas básicas, quais Matemática, Estrutura etc. Em seguida permito-me sugerir pequenas alterações na proposta apresentada como a de deslocar para os primeiros termos a disciplina de Projeto de Arquitetura, pois a-credito seja oportuno e benéfico para o aluno entrar imediatamente em contacto com os problemas do projeto. É de ser considerado fundamental o aspecto introdutório ao projeto desde os primeiros passos de sua longa caminhada acadêmica.

Aparecem no 4º termo duas disciplinas (Clima e Solo, Botânica) cujos conteúdos poderiam perfeitamente serem englobados nas disciplinas de Paisagismo; e no 6º termo, a disciplina Termodinâmica, cujas noções poderiam ser abordadas na de Equipamento de Refrigeração e Aquecimento.*

Considera-se de alta relevância, e já está sendo desenvolvido em muitas escolas de arquitetura, o Trabalho de Graduação, ou seja, o trabalho final do curso em que o aluno se propõe a realizar um projeto, de livre escolha, porém orientado, permitindo-lhe atingir níveis de conteúdo e de profundidade por ele mesmo estabelecidos.

Seria um trabalho final, conclusivo, resumindo e usufruindo, no seu desenvolvimento, de todos os conhecimentos adquiridos ao longo de nove semestres de curso. Sugere-se que tal trabalho seja desenvolvido por intermédio das disciplinas Projeto XI, Projeto XII e Urbanismo VIII, do último semestre do curso.

* Seria de grande interesse que seja introduzida uma disciplina que desenvolvesse em profundidade os problemas ecológicos.

3 - Estrutura Orçamentária - Salários e Atividades do Corpo Docente

A análise da proposta orçamentária, conduziu-me a considerá-la adequada e real, para atingir os objetivos do curso, considerando, sobretudo, toda a enorme infraestrutura já existente que a Fundação oferece.

A porcentagem de 10% da Receita alocada para a aquisição de livros e revistas para a Biblioteca, parece-me bastante animadora.

Entretanto, vejo-me na contingência de fazer algumas observações no que tange às atividades do pessoal docente. Fui informado de que o professor em tempo in-

tegral, isto é, no regime de 40 horas semanais, executa atividades de cerca de 24 horas de aula e de 16 horas de dedicação à escola para preparação de aula, atendimento aos alunos, tarefas administrativas etc, sendo-lhe permitido usufruir de 8 horas semanais para freqüentar algum curso de pós-graduação (especialização e/ou mestrado e/ou doutorado).

Neste momento, surgem-me algumas dúvidas ou, melhor dito, preocupações, pois nada me foi dito quanto ao tempo que o docente, naquele regime de trabalho, deve dedicar à pesquisa.

Vamos examinar mais detalhadamente a situação como foi apresentada. Em primeiro lugar, considero excessivas 24 horas de aula semanais; em segundo lugar, em nenhum curso de pós-graduação que conheço na área de arquitetura e urbanismo (aliás, no Estado de São Paulo, só existe o da FAUUSP), é possível fazer algo com somente 8 horas de dedicação, nem mesmo é possível assistir às aulas; em terceiro lugar, considero indispensável que o docente se dedique à pesquisa. Aliás, que sentido tem um Centro de Pesquisas, ou um Escritório Técnico ou eventuais Convênios com Entidades públicas (por exemplo: Prefeitura Municipal de Bauru), se desses não podem participar os docentes com dedicação adequada?

O regimento da Faculdade de Artes e Comunicações estabelece a atividade de pesquisa como sendo obrigatória; acredito, portanto, que a Fundação e a Comissão Técnica propõem uma situação mais cônica com os objetivos que o curso pretende atingir no que se refere às atividades do corpo docente. Quanto ao salário mensal, nada tenho a observar.

4 - Estrutura de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Prestação de Serviços à Comunidade

A Fundação Educacional de Bauru, pelo que me foi possível verificar, possui uma infraestrutura de ins-

talações e equipamentos de laboratório de muito bom nível.

A Comissão Técnica encarregada de formular o novo curso de Arquitetura e Urbanismo propõe outros elementos institucionais de apoio ao ensino e de fomento à pesquisa.

À guisa de colaboração, se me for permitido, gostaria de tecer algumas considerações a cerca do assunto.

Em primeiro lugar, a propósito da Biblioteca, permito-me oferecer ao novo curso uma publicação da Comissão de Ensino da Arquitetura e Urbanismo, CEAU, editada sob os auspícios do antigo Departamento de Assuntos Universitários do M.E.C., sobre a bibliografia mínima aconselhada para os cursos daquela área.

Em segundo lugar, gostaria de deter um pouco o pensamento sobre o "tripé", que a Comissão Técnica considera fundamental na elaboração de sua proposta, constituído pelo Centro de Estudos e Pesquisas, Escritório de Projetos e Pesquisa e a vinculação ao Escritório Técnico de Planejamento da Prefeitura Municipal de Bauru.

A área da Arquitetura e Urbanismo, pelas peculiaridades intrínsecas do objeto de seus estudos, é uma das áreas mais carente de investigações científicas, apesar de termos já disponíveis alguns poucos trabalhos no âmbito da História da Arquitetura e algumas investigações na área do Planejamento Territorial (Planejamento Urbano e Planejamento Regional). Somente nesses últimos anos, no Brasil, algumas instituições estão desprendendo enormes esforços para enverendarem de modo definitivo pelos amplos e absolutamente necessários e preemente domínios da pesquisa. Entretanto estamos ainda no início, nossa experiência ainda é incipiente. Grandes são as dúvidas e enormes os pro-

blemas. Posso, Senhor Diretor, falar com certo conhecimento de causa, pois a Faculdade a que pertenço colocou-se nessa trilha com todo o empenho possível e somente agora estão se apresentando alguns resultados. Quais são os problemas cruciais relativos à pesquisa em nossa área? Vejamos alguns que estamos enfrentando:

- a) definição de política de pesquisa;
- b) massa crítica para o desenvolvimento da pesquisa;
- c) recursos financeiros.

No item das "definições de políticas de pesquisa" apresenta-se uma série de discussão sobre a situação da investigação científica e tecnológica no Brasil, enquanto país em desenvolvimento e dependente, sobre a política governamental no âmbito da ciência e tecnologia, sobre a política global de desenvolvimento, sobre a política urbana, sobre a política habitacional e de produção de moradias, sobre a produção de edifícios, em geral.

No que se refere especificamente à instituição que pretende elaborar pesquisas, algumas perguntas deverão ser respondidas preliminarmente. Qual é a política de pesquisa da instituição? Qual a capacidade técnica e científica para responder às necessidades da sociedade brasileira no campo da Arquitetura e Urbanismo?

No que se refere ao item "massa crítica", outras perguntas devem ser respondidas. Qual é a massa crítica existente no âmbito da instituição, em particular, no âmbito da Arquitetura e Urbanismo? Se não existir, ou se for absolutamente inadequado, quais as políticas da instituição para a médio prazo, treinar e preparar alguns elementos para assumirem a investigação?

À propósito, agora, de "recursos financeiros", qual é a disponibilidade da instituição para enfrentar as des-

pesas relativas à pesquisa? Se não houver, recursos, qual a política para a obtenção dos mesmos?

O discurso poderia alongar-se por muitas e muitas páginas mas, sinceramente, não é o momento mais oportuno.

Meu propósito, entretanto, não foi e não é de criar empecilhos ao desenvolvimento possível e desejável do projeto do "tripé", mas ao contrário, tentar colaborar modestamente com a idéia levantando uma série de questões cuja resposta, bem eu sei, não pode ser dada imediatamente; deverá ser desenvolvido um trabalho árduo de definições, de estruturação e de institucionalização de uma série de atividade que, se bem orientadas, poderão proporcionar às melhores condições de desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da prestação de serviços à comunidade, adequadas às necessidades de nossa sociedade no que se refere ao nosso campo de atuação intelectual e profissional: a Arquitetura e o Urbanismo.

5. Considerações Finais

De tudo que me foi possível examinar e discutir, Senhor Diretor, posso concluir, salvo melhor juízo, que a Fundação Educacional de Bauru apresenta uma proposta séria, exequível e, sobretudo, aberta a novas contribuições que a própria experiência certamente oferecerá, a curto prazo, a seu corpo docente e discente, e a seu corpo administrativo.

É uma tarefa árdua que tenho certeza, será levada ao fim com capacidade.

Quero me desculpar se, no transcorrer dessas páginas, não pude atender a contento a solicitação que me foi gentilmente formulada. Foi meu desejo, tentar colaborar com esse novo empreendimento ao qual desejo realmente o maior sucesso.

Sem mais, colocando-me à Vossa disposição para qualquer esclarecimento ou ulterior manifestação, quero apresentar os protestos da mais alta estima, e distinta consideração.

Atenciosamente,

LÚCIO GRINOVER